



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. I | maio.-out. 2018  
p. 500-511.

# Um contrato de heterossexualidade: a quem serve?

Priscila Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo propiciar uma reflexão acerca de conceitos naturalizados, como o de heterossexualidade, família, sexo e gênero. Pretende, também, traçar um paralelo entre a matriz da heterossexualidade e o conceito de Contrato Social, de Rousseau, analisando as formas pelas quais essa matriz é reiterada a todo momento, de maneira que se torna naturalizada e condição indispensável para viver. Ademais, visa enfatizar a importância da Educação neste processo reiterativo – seja a partir da família de origem, escola ou mídia – e pontuar e analisar meios de desconstrução dos binarismos que mantêm a lógica heterossexual, ao mesmo tempo em que a produzem. É através da Educação que se pode promover o pensamento crítico, permitindo aos sujeitos o questionamento dessas normas. Em um mundo pós-moderno, pós-estruturalista, de identidades fluidas, a rigidez com a qual a sexualidade é encarada engessa os mecanismos que possibilitariam o trânsito livre dos sujeitos, o trânsito de sujeitos livres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Heteronormatividade; Educação; Família; Matriz da heterossexualidade.

**Abstract:** This article aims to provide a reflection on naturalized concepts, like heterosexuality, family, sex and gender. It also intends to draw a parallel between the heterosexuality's matrix and the Rousseau's concept of Social Contract, analyzing the ways in which this matrix is repeated all the time, becoming naturalized and indispensable to individual's survivor. Moreover, it aims to emphasize the importance of education in this reiterative process - either from the original family, school or media - and score and analyze ways to deconstruct the binarism that keeps and produces the straight logic. Through education we can provide critical thinking, allowing individuals to question these standards. In a post-modern and post-structuralist world of fluid identities, the rigidity with which sexuality is seen plasters mechanisms that would allow free transit of the subjects, the transit of free subjects.

**Keywords:** Heteronormativity; Education; Family; Heterosexuality's matrix.

**Resumén:** El presente artículo tiene como objetivo propiciar una reflexión a cerca de los conceptos naturalizados, como el de heterossexualidad, familia, sexo y género. Intenta, también, trazar un paralelo entre la matriz de la heterossexualidad y el concepto de Contrato Social de Rosseau, analizando las formas por las cuales esta matriz es reiterada en cada momento y así se vuelve natural y condición indispensable para vivir. También busca enfatizar la importancia de la Educación en este proceso reiterativo – sea a partir de la familia de origen, escuela o media – y indicar y analizar medios de desconstrucción de los binarismos que mantienen la logica heterossexual mientras la produce. Es a través de la Educación que se puede promover el pensamiento crítico, permitiendo a los sujetos los cuestionamientos de estas normas. En un mundo posmoderno, pós-estruturalista, de identidades fluidas, la rigidez con la cual se considera la sexualidad endurece los mecanismos que possibilitarían el tránsito libre de los sujetos, el tránsito de sujetos libres.

**Palabras clave:** Heteronormatividad; Educación; Familia; Matriz de la heterossexualidad.

<sup>1</sup> Psicóloga pela Faculdade Ruy Barbosa e Mestra pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia. E-mail: priscila.cordeiro.costa@gmail.com

Recebido em 10/11/15  
Aceito em 08/12/17

*“Faço contigo um contrato, todo em teu prejuízo e todo em meu proveito, que eu observarei enquanto me aprouver, e que tu observarás enquanto me aprouver”.*

ROUSSEAU

O “sujeito homossexual” surgiu no século XIX, quando os comportamentos hoje vistos como práticas homossexuais deixaram de ser considerados apenas sodomia (pecado ao qual qualquer um poderia sucumbir), para serem constituintes de um tipo especial de sujeito, de sua identidade, o que deu aval para que os homossexuais fossem colocados na posição de abjetos. Desde então, os discursos sobre esse tipo de sujeito têm sofrido mudanças, associadas à conjuntura histórica (LOURO, 2001).

Foucault (1988) mostra que a proliferação de discursos sobre o sexo, mais do que puramente um fenômeno quantitativo, serve para uma regulação do sexo e da sexualidade por meio de discursos úteis e públicos. Busca-se subjugar os corpos e controlar as populações através desses discursos, que não reprimem o sexo, e sim o valorizam, fazendo com que o sexo ocupe uma posição de segredo, ao mesmo tempo em que definem o que é natural e aceitável, e o que não o é. Existe uma polícia do sexo, que busca uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora. De acordo com Preciado (2008), o biopoder possibilita o cálculo técnico da vida em termos de população. Todos esses discursos sobre o sexo (religioso, científico, médico) são construídos visando o exercício desse biopoder, sendo assim, não são naturais.

Wittig (2006) pontua que o termo “heterossexualidade” só surgiu quando o “sujeito homossexual” foi definido, como o seu contraponto, ou seja, a heterossexualidade, até então, era tão naturalizada que nem mesmo precisava ser definida. A autora também levanta que a ideia de heterossexualidade estava implícita na idealização do contrato social trazida por Rousseau, no século XVIII, mais especificamente em 1762, e se deteve a fazer uma análise entre o contrato social e a heterossexualidade, explicitando como os termos são correspondentes.

Para Rousseau (1945), o vínculo social é a soma de convenções fundamentais que, ainda que nunca tenham sido afirmadas, estão implicadas no fato de viver em sociedade. Sendo assim, o contrato social é definido como a solução para o problema: “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como



anteriormente”. Wittig (2006) afirma que não vivemos nesse contrato ideal (e utópico), e sim sob um contrato que não diz o seu nome. Nesse contrato, as regras e convenções da heterossexualidade tornam a vida possível, da mesma forma que respirar é condição para viver, e aqueles que não se adequam à lógica heterossexual são colocados em uma posição abjeta.

É interessante observar a contemporaneidade do seguinte problema filosófico de Rousseau (1945): “O homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros”. Isso nos faz refletir sobre as amarras que impossibilitam a nossa liberdade completa, sendo o pensamento heterossexual uma delas. Além disso, é necessário questionar até que ponto o homem é livre. Será que no útero o homem é livre?

## 1.1 A matriz da heterossexualidade

A declaração ‘É uma menina!’ ou ‘É um menino!’ [...] instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo. Judith Butler (1993) argumenta que essa asserção desencadeia todo um processo de ‘fazer’ desse um corpo feminino ou masculino. Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais. [...] O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um ‘dado’ anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse ‘dado’ sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo (LOURO, 2004, p.15).

Butler (2002) chama a atenção para a questão de que não existe um “eu” antes do discurso, posto que já nascemos inseridos em relações de poder que nos precedem (sendo, dessa forma, históricas) e que vão interferir em nossas ações. A relação sexo-gênero-sexualidade, que pressupõe que uma pessoa de determinado sexo deve performativizar o gênero correspondente a esse sexo, e se interessar por pessoas de sexo oposto ao seu, é o que Butler chama de matriz da heterossexualidade.

De acordo com Louro (2000), produzimos e transformamos a Natureza e a Biologia, o que expõe historicidade de definições que são supostamente tomadas como naturais, como a de homem e a de mulher; a inscrição dos gêneros (masculino/feminino) nos corpos também é feita no contexto da cultura, pois são convenções culturais que vão definir o que é atributo masculino e o que é atributo feminino; e as possibilidades de sexualidade (homossexual/bissexual/heterossexual) também são moldadas pelas redes de poder, já que essas identidades servem para delimitar e controlar os sujeitos, pressupondo que esses são estáveis.



Butler (2013) levanta uma discussão sobre os conceitos de sexo (como algo natural, pré-discursivo) e gênero (como algo construído culturalmente). A que serviria a noção de sexo, se não for para justificar a estrutura binária? Os saberes sobre o sexo, ditos pré-discursivos, não seriam construídos pelas ciências biológicas e médicas?

No mesmo livro, *Problemas de gênero*, a autora introduz, também, uma discussão sobre o gênero em torno de duas perspectivas: humanista (a pessoa *possui* determinado gênero) e social (a pessoa *é*, dentro de uma abordagem relacional). Com isso, a autora traz um debate sobre livre-arbítrio e determinismo. Como pensar sobre algo se o próprio pensar está maculado pelas cadeias linguísticas de uma linguagem binária e falocêntrica? Butler também contrapõe os pensamentos de Beauvoir (1980) e Irigaray (1985). Para a primeira, “mulher” era uma categoria oposta a “homem”, sendo, dessa maneira, o seu negativo, o que continuaria a reforçar o binarismo. Para a segunda, “mulheres” era uma categoria que deveria ser pensada fora da relação oposta (Eu x Outro), posto que essa é presumidamente binária e falocêntrica.

De acordo com Preciado (2008), o conceito de gênero surgiu na Segunda Guerra Mundial, juntamente com outras “invenções”, quando John Money, um psicólogo neozelandês, fez o primeiro uso da noção de gênero, com relação a cirurgias em bebês intersexuais, ao mostrar como a plasticidade do conceito de gênero veio se opor à rigidez do conceito de sexo.

Para Scott (1995), a noção de gênero compreende as relações estabelecidas a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos. Essa percepção fundamenta-se a partir de esquemas classificatórios de oposição homóloga entre masculino/feminino, além de relacionar-se a outras oposições, como: forte/fraco; grande/pequeno; acima/abaixo; dominante/dominado (BOURDIEU, 1999). Tais oposições foram construídas historicamente, são consideradas arbitrárias e podem ser caracterizadas como hierarquizadas. Cabe ao pólo masculino e a seus homólogos a prioridade da valorização positiva e superior.

Louro (2004) nos leva a fazer reflexões sobre as marcas de poder que regulam os corpos, e toda a matriz sexo-gênero-sexualidade. Partindo de ponderações sobre como os significados das marcas dos corpos mudaram no decorrer do tempo, evidenciando a inconsistência de preceitos atuais de divisão binária, a autora trouxe como exemplo que, até o início do século XIX, o masculino era o único modelo, sendo a mulher um "homem invertido", que se desenvolveu ao contrário, para dentro.



Tanto Louro (2004) como Butler (2010) utilizam como exemplo a performatividade da *drag*, mostrando como essa, ao parodiar o feminino, expõe o quanto a autenticidade do feminino (e masculino) é questionável e permeada por uma cultura heterossexista, que reitera, a todo momento, as normas regulatórias que controlam corpos e desejos, baseadas em um suposto sexo pré-discursivo (e, portanto, natural), que deve guiar a expressão do gênero e a orientação sexual. Além disso, Butler (2002) realça que a performatividade da *drag* evidencia todo o simulacro das performances de gênero, que nunca conseguem atingir por completo o ideal, nem mesmo quando se tratam de homens e mulheres heterossexuais. A reiteração, por si mesma, já expõe a não-naturalidade da norma, posto que, se essa fosse a forma natural (una) de as coisas serem, não seria necessária a repetição dos limites.

Butler (2010) chama de performatividade a reiteração dessa norma (ou desse conjunto de normas) hegemônica, por meio de citações, que, ao mesmo tempo em que confirmam o discurso normativo, produzem-no.

A autora questiona a serviço de quê (e a custo de quê) essas normas se materializam, produzindo sujeitos e corpos inteligíveis e ininteligíveis, relegando os últimos a uma posição de abjetos, sem os quais, paradoxalmente, não se pode produzir os primeiros. Nesse ponto, Butler (2010) desenvolve a explicação do exterior constitutivo, chamando a atenção para o fato de que é dessa posição (não como um local físico, mas como um local de discurso) que se pode criticar a norma hegemônica, ou seja, deste local inabitável que é produzido pela mesma norma que o pretende excluir.

Um ponto importante, levantado por Butler (2013), é a não universalidade em pensar sobre essas questões de gênero e identitárias. Butler usa o exemplo de Irigaray para mostrar que se houvesse simplesmente uma inversão, e conseguíssemos chegar ao lócus de pensamento descrito por Irigaray, fora da estrutura binária falocêntrica, e considerássemos essa nova maneira como a única verdade, não permitindo o diálogo, isso configuraria um certo “fascismo”. Butler sugere que as políticas sejam feitas em termos de uma coalizão aberta, na qual as “identidades” podem se instituir e se abandonar (de acordo com os contextos e os interesses), como forma de romper o binarismo, no qual, o tempo todo, as coisas se configuram pela oposição, retroalimentando o próprio pensamento binário e o colocando como única possibilidade.

Essa ideia de que as “identidades” podem cambiar de acordo com os interesses é um traço do sujeito pós-moderno. Hall (2002), em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, discorre acerca da “crise de identidade” do sujeito pós-moderno, que é tida como parte de um processo de mudança, na qual as estruturas estáveis de identidade têm se abalado. A mudança estrutural está



fragmentando paisagens culturais de gênero, classe, sexualidade, etnia, etc. Essa mudança se deu, principalmente, por conta da desconstrução do sujeito do Iluminismo, um sujeito racional, estável. Os movimentos sociais da pós-modernidade expuseram a multiplicidade das identidades.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2002, p.3).

De acordo com Louro (2003), os movimentos dos anos 60 colocaram em evidência os sujeitos excêntricos (no sentido de fora do centro, diferentes). Isso contribuiu para o surgimento do sujeito pós-moderno. Os sujeitos não se conformam mais com lógica centro-margem, que vigorava até então (e ainda há muito investimento de poder tentando sustentar essa lógica). A realidade que pode ser observada agora é completamente diferente daquela até então postulada. Os sujeitos pós-modernos são nômades, viajantes, transitam entre os territórios e as fronteiras, pluralizam sentidos e significados dessas experiências, estão abertos às mudanças. A autora mostra que não há mais como e nem porquê imaginar um sujeito fixo, já marcado ao nascer, que siga o roteiro sexo-gênero-sexualidade, apesar de todos os esforços dos discursos de poder para que os sujeitos sigam esse roteiro, esse contrato social heterossexual.

O reconhecimento dos sujeitos dentro de cada uma das possibilidades de identidade é feito a partir da interpelação, ou seja, reconhecemo-nos dentro de cada categoria de acordo com o que nos é perguntado. Dessa forma, em determinados momentos, podemos nos identificar de acordo com a raça, classe, orientação sexual, entre tantas outras categorias. Somos sujeitos de múltiplas identidades, o que explicita o caráter fragmentado, instável, histórico e plural dos sujeitos e das próprias categorias.

No processo de reconhecer a identidade, inscreve-se, também, a atribuição de diferenças, ou seja, de desigualdade e hierarquia, afinal, ao delimitar uma identidade, definimos, também, o que não faz parte da mesma. Butler (2013) usa como exemplo a noção de “mulheres” para o sujeito do Feminismo e critica a noção de um sujeito estável ao mostrar como essa concepção serve aos interesses heterossexistas, exclui todos os sujeitos que não se adequam à categoria “mulheres”, alimenta uma normatividade já excludente, além de produzir a própria categoria e endossar o binarismo. Essa é uma crítica fundamental que autores da Teoria Queer<sup>2</sup> (pós-estruturalistas) fazem

---

2 A Teoria Queer surgiu no final dos anos 80, em oposição aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero. De acordo com Miskolci (2009), os estudos sociológicos acabavam por naturalizar a norma heterossexual, já que, estudando as minorias, supõe-se que há uma norma hegemônica, ou seja, os estudos serviriam para reiterar essa norma.



aos movimentos identitários (estruturalistas). A autora levanta a necessidade de uma postura crítica, mesmo que, às vezes, seja necessário o uso de conceitos identitários, principalmente por conta de políticas públicas.

Dentro do âmbito crítico, podemos refletir, por exemplo, sobre o aparecimento do Transfeminismo, uma corrente do Feminismo, que surge em um momento de questionamentos acerca da biologização do conceito de sexo e de gênero, visando incluir as pessoas transgêneras ao movimento Feminista. O Transfeminismo busca evidenciar, principalmente, o caráter ilusório da pré-discursividade do sexo, fomentada pela Ciência, que passou a servir como fundamento para a exclusão de mulheres transgêneras da luta por direitos, considerando como mulheres apenas as mulheres cisgêneras, ou seja, aquelas cujo gênero e sexo correspondem entre si, são iguais.

Na sociedade, em geral, a norma que se estabelece remete para o homem branco, heterossexual, de classe média urbana, cristão e ocidental. O reconhecimento do “outro” é feito a partir do lugar em que esse sujeito ideal se encontra. Assim, a mulher vira o “segundo sexo” e gays e lésbicas transformam-se em sujeitos desviantes. Dessa forma, a heterossexualidade é concebida como “natural”, universal e normal. Esse sujeito ideal não pode mais servir de modelo para a multiplicidade de identidades com a qual o sujeito pós-moderno se depara.

Através de cadeias linguísticas, estamos, o tempo todo, repetindo e produzindo essa normatização. Butler (2002) elucida que não temos controle do “nosso” discurso, sendo que esse pode se resignificar ao longo do tempo, e até nós mesmos podemos repensá-lo. A autora também pontua como o mesmo nome que pode ser usado como forma de abjeção a um sujeito, às vezes, é reivindicado pelo mesmo sujeito para criar políticas. Assim, esclarece o motivo da palavra *queer* ter sido reivindicada, justamente para desconstruir a sua conotação utilizada pela normatividade, denunciando o sistema excludente da heteronormatividade. De acordo com Louro (2004, p. 38), “*queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”. É importante ressaltar que o campo dos estudos *queer* não é fechado e Butler (2002) sugere que mesmo esse nome pode ser substituído por outro, já que o importante é a sua ideia central de desconstrução da norma heterossexual.

Para Butler (2002), o uso da palavra “*queer*” transcende o campo puramente linguístico, constituindo-se, assim, em um ato político. O termo pode ser reivindicado por todos aqueles que desconstroem a naturalidade da heterossexualidade hegemônica, colocando-a em questão. A terminação vai de encontro à terminologia de identidade e o binarismo que está implícito na mesma.



A performatividade e as hipérboles, utilizadas em manifestações *queer*, servem para colocar em evidência aquilo que a hegemonia heterossexual esconde, visto que vai de encontro à mesma.

Apesar da noção pós-estruturalista de fluidez das identidades, de acordo com Louro (2000), a centralidade da sexualidade nas modernas sociedades traz consigo uma dificuldade de entendê-la como fluida. Admitir uma nova identidade sexual ou de gênero é considerado uma alteração na essência do sujeito – “tememos a incerteza, o desconhecido, a ameaça de dissolução que implica não ter uma identidade fixa” (WEEKS, 1995, p.89).

Ainda é mais inteligível que uma pessoa transite entre as identidades de classe, por exemplo, ascendendo socialmente, do que transite entre as identidades sexuais ou de gênero. Como exemplo disso, Louro (2001, p. 63-64) expõe o caso do prefeito de uma pequena cidade da Alemanha, Quellendorf, que, em 1998, após algum tempo de eleito, decidiu assumir publicamente uma nova identidade de gênero, apresentando-se como mulher, informando sua intenção de concluir a transformação através de processos médicos-cirúrgicos. Esse caso ocasionou um reboiço na cidade e as pessoas iniciaram um movimento para destituir o prefeito, por considerar que a sua essência havia mudado, ou seja, ele não era a mesma pessoa em quem haviam votado.

## 1.2 A Educação e a reiteração da matriz heterossexual

Rousseau (1945) afirmou que a família é o primeiro modelo das sociedades políticas. O pai corresponderia a um chefe e os filhos corresponderiam ao povo. Dentro dessa concepção está implícita uma noção de subordinação, ou seja, tanto o pai quanto o chefe seriam hierarquicamente superiores aos filhos e ao povo, respectivamente. É interessante observar que a mulher é totalmente invisibilizada e não chega a ser citada em todo o livro do autor.

Essa concepção binária e falocêntrica reitera a matriz da heterossexualidade e persiste em muitos contextos nos dias atuais, mesmo passados dois séculos e meio. Isso expõe a relevância de falarmos de um contrato social de cunho extremamente heterossexual: “Faço contigo um contrato, todo em teu prejuízo e todo em meu proveito, que eu observarei enquanto me aprouver, e que tu observarás enquanto me aprouver” (ROUSSEAU, 1945, p. 28).

Considerando que a família de origem é a primeira fonte de contato com a cultura, através dela são passados, simbolicamente, por meio da linguagem, os valores aceitos em sociedade. Dessa forma, é através dessas figuras primárias que o indivíduo aprenderá o que significa um



comportamento adequado ou não (ZWEIG; ABRAMS, 2009). Por esse motivo, a importância das figuras parentais na formação do universo simbólico do sujeito é bastante significativa e influencia diretamente nos seus comportamentos, sejam eles encobertos ou explícitos.

De acordo com Lundin (1977), os comportamentos iniciais, aprendidos na infância, têm grande potencial de permanecer durante a vida adulta do indivíduo. Isso acontece porque, quando o indivíduo aprende uma determinada resposta e essa passa a ser reforçada<sup>3</sup> constantemente, a aquisição de outros tipos de comportamentos acaba ficando comprometida.

Partindo-se da hipótese de que a forma com a qual um indivíduo absorve o mundo e se comporta está intrinsecamente relacionada com o padrão comportamental ao qual ele é exposto, pressupõe-se que suas expressões de preconceito estão pautadas, em parte, nas manifestações que seu ambiente familiar apresenta.

Um outro contexto – físico e de discurso – de proliferação da matriz heterossexual é a escola, na qual as crianças estão, gradativamente, passando uma parcela maior do seu tempo, em decorrência, principalmente, da necessidade de trabalho dos pais e mães. Além disso, também se pode citar a influência da mídia, que vem adquirindo um papel importante na educação das crianças, pois elas estão cada vez mais em contato com aparatos tecnológicos. Louro (2003) enfatizou como a educação vem reiterando a norma da matriz sexo-gênero-sexualidade, não sabendo/querendo lidar com as contingências atuais, que mostram a inadequação dessa norma (que até mesmo precisa do que está fora dela para se afirmar).

Um exemplo da reiteração inadequada dessa norma são as datas comemorativas do “dia dos pais” e “dia das mães”, que, sob a máscara de propiciar um momento de proximidade parental, fortalecendo vínculos entre pais (e por que não mães?) e filhxs<sup>4</sup>, reproduzem um conceito arcaico de família, também corroborado pelo *site* de busca mais conhecido do mundo (*Google*), no qual basta digitar a palavra “família” na parte de “Imagens” e brotarão na tela diversas imagens de uma família heteronormativa, branca, com filhxs, e, principalmente, feliz.

Aqui cabe um parêntese para discorrer um pouco acerca da “ditadura da felicidade”. Costas (2006) apresenta a visão do psicólogo Steven Hayes que, em entrevista, pontua que a nossa necessidade de estar sempre certos e conseguir tudo o que queremos tem se intensificado na

---

3 Reforço é tudo aquilo que aumenta a probabilidade de um comportamento acontecer novamente.

4 Grifo nosso.



atualidade devido a dois fatores: a facilidade com que a tecnologia faz as coisas e a “ditadura da felicidade”. Para nos adequar ao mercado de trabalho, muitas vezes precisamos competir com máquinas que, obviamente, realizarão o mesmo trabalho, em um tempo muito mais curto. As tecnologias nos fazem entrar em contato com uma ideia de perfeição, na qual tudo é muito simples, assim, somos impelidos a acertar sempre e a alcançar aquilo que almejamos. Nesse percurso, o ser humano é exposto às suas limitações, o que é inerente à vida, e o grande problema é que ele não aprendeu a lidar com as mesmas.

A busca pela perfeição é exigida e, além disso, também é ordenado que estejamos sempre felizes, portanto, o sofrimento por conta dessa busca não deve existir. Todo sofrimento deve ser evitado, esquecendo-se, assim, que lidar com experiências negativas faz parte da existência. É natural que nos sintamos tristes em determinadas situações. Na tentativa de evitar essas dores, criamos fobias e medos que limitam a nossa vida, atrapalhando-nos de alcançar nossos valores pessoais.

Debord (1997), em seu livro *A sociedade do espetáculo*, esclarece que a sociedade atual manifesta-se como uma acumulação de espetáculos. Há uma representação do que se vive, sem se viver de fato, e as coisas que acontecem são apenas passíveis de contemplação. E, posteriormente, essas coisas se diluem no tempo.

Assim como existe o binarismo heterossexualidade/homossexualidade, existe o binarismo da felicidade/tristeza, e é necessário observar que não existe uma polarização positivo/negativo, ou o que é bom e o que é ruim, os juízos de valor não são naturais, são construídos. Nada é bom ou ruim por si só e um termo sempre depende do outro para se afirmar.

É necessário observar as relações de poder vigentes nas normas e o efeito dessas nos sujeitos, como meio de questioná-las, trazendo as suas transitoriedades contingenciais, encarando a multiplicidade como algo interessante. Ou seja, essa multiplicidade não deve ser motivadora de medo e sim de estímulo para que sejamos mais críticos.

Louro (2003) discorre acerca da ultrapassagem dos limites da *episteme*, em todos os contextos, incluindo o da Educação, e traz o conceito de Foucault (1995) para denotar a *episteme* como o campo de conhecimento do que pode ser pensado, do que é permitido pensar. Sendo assim, a autora explica a necessidade de se questionar o que está posto como natural, como forma de ultrapassar esse campo do que é permitido pensar.



O questionamento da "naturalidade" com a qual a matriz binária impera, a fim de excluir tudo que parece instável, é um passo importante para diminuir o medo experienciado pelo que é inconstante, o medo do diferente. Nada é natural, nem mesmo o sexo, como já discutido por Butler, tudo é contingencial. Pensar nisso pode ser bastante efetivo no ambiente educacional, tanto familiar quanto escolar, contribuindo para desenvolver uma postura crítica nos sujeitos.

No dia 31 de outubro de 2013, diversos *sites* de notícia de Salvador divulgaram uma mudança ocorrida no projeto pedagógico de uma escola construtivista da referida cidade. De acordo com o *site* da escola,

As datas comemorativas, como os dias das mães e dos pais, passaram a ser festejadas na Lua Nova como Dia da Família. As famílias são homenageadas de uma forma mais ampla e contextualizada, ou seja, pais, mães, avós, tios, tios, primos... podem estar presentes numa festa que tem acontecido sempre aos sábados, simbolizando a família contemporânea em suas diversas configurações. As datas religiosas não estão inseridas neste contexto, pois a Lua Nova é uma instituição laica. (ESCOLALUANOVA, 2013).

Esses questionamentos acerca das estruturas e conceitos encarados acriticamente como naturais é muito importante para a formação do pensamento crítico nas crianças e a desconstrução da lógica binária.

Louro (2003) também traz uma reflexão importante sobre o binarismo existente na Educação: ignorância x conhecimento. A ignorância e o conhecimento estão implicados mutuamente, um faz parte do outro; todo conhecimento é conhecimento de alguma coisa, e tudo que escapa a esse conhecimento é ignorância. A autora levanta um ponto interessante, que é pensar a serviço de quê está o conhecimento, e o desejo de não conhecer determinados aspectos. Isso nos faz refletir sobre como funcionam as relações de poder. Além disso, propõe uma erotização do conhecimento, no sentido de um desejo de saber, de questionar as premissas que mantêm e produzem a ordem. Sem sexualidade não existe curiosidade.

A reviravolta epistemológica que o pensamento *queer* traz, e todas as reflexões decorrentes desse processo, que atinge não só o campo da sexualidade, produzem uma desconstrução do que é visto como natural em diversos campos, inclusive o da Educação. A multiplicidade da sexualidade, pensada pela teoria *queer*, transporia os limites da sexualidade, e, conseqüentemente, da curiosidade, e o conhecer seria muito mais prazeroso. É importante percebermos que somos instáveis, transitamos entre os lugares, e isso não é ruim, como o imperativo binário também quer supor, faz parte da viagem que é a vida.



## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 1980.
- BOURDIEU, Pierre. La production de la croyance. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n°13, 1999. p.3-43.
- BUTLER, Judith. “Críticamente subversiva”. In. JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p.55-80.
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In.: LOURO, Guacira Lopes. (org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. pp. 153-172.
- BUTLER, Judith. “Sujeitos do sexo/gênero/desejo”. In.: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.15-49.
- COSTAS, Ruth. Não fuja da dor. *Revista Veja On-Line*, 2006. Disponível em: <<http://arquivoetc.blogspot.com.br/2006/02/veja-entrevista-stein-hayes.html>>. Acessado em: 30 de outubro de 2013.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ESCOLALUANOVA. *Perguntas mais frequentes*. 2013. Disponível em: <<http://escolaluanova.com.br/perguntas-mais-frequentes.html>>. Acesso em: 23 de outubro de 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade - vol I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 6ª edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1995.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. (trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- IRIGARAY, Lucy. *The sex which is not one*. Trad. Catherine Porter com Carolyn Burke. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Porto Editora, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*. ano/volume 9, número 2, 2001, pp. 541-553. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 23 de outubro de 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. “Currículo, gênero e sexualidade – o ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’”. In.: LOURO, Guacira Lopes et al. (orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp.41-52.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 96p.
- LUNDIN, Robert W. *Personalidade: uma análise do comportamento*. São Paulo: EPU, 1977.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, n.21, 2009, p.150-182. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008)>. Acesso em: 23 de outubro de 2013.
- PRECIADO, Beatriz. “Tecnogênero”. In. PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Ed. Espasa Calpe, 2008. pp. 81-99.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix, 1945 (Classicos Cultrix).
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995. pp. 71-99.
- WEEKS, Jeffrey. *Invented moralities: sexual values in an age of uncertainty*. Nova York: Columbia University Press, 1995.
- WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Egales, 2006.
- ZWEIG, Connie; ABRAMS, Jeremiah (orgs.). *Ao encontro da sombra: o potencial oculto do lado escuro da natureza humana*. São Paulo: Cultrix, 2009.

